

**PARA LUTAR CONTRA OS ATAQUES DO CAPITAL É NECESSÁRIO UM
SINDICATO AUTÔNOMO A PATRÕES, PARTIDOS E GOVERNOS, UM
SINDICATO FORTE E PELA BASE**

*Pela superação do Projeto Democrático e Popular, suas organizações e burocracias
sindicais*

AOS QUE HESITAM

Você diz:

Nossa causa vai mal.

A escuridão aumenta. As forças diminuem.

Agora, depois que trabalhamos por tanto tempo

Estamos em situação pior que no início.

Mas o inimigo está aí, mais forte do que nunca.

Sua força parece ter crescido. Ficou com aparência de invencível.

Mas nós cometemos erros, não há como negar.

Nosso número se reduz. Nossas palavras de ordem

Estão em desordem. O inimigo

Distorceu muitas de nossas palavras

Até ficarem irreconhecíveis.

Daquilo que dissemos, o que é agora falso:

Tudo ou alguma coisa?

Com quem contamos ainda? Somos o que restou, lançados fora

Da corrente viva? Ficaremos para trás

Por ninguém compreendidos e a ninguém compreendendo?

Precisamos ter sorte?

Isto você pergunta. Não espere

Nenhuma resposta senão a sua.

Bertolt Brecht

As crises cíclicas e periódicas do capitalismo globalizado

O sistema capitalista tem dado todos os sinais da iminência de mais uma de suas crises. A burguesia evidencia dificuldade em manter a valorização do valor, o lucro obtido a partir da exploração do trabalho assalariado do proletariado, em alguns dos principais ramos da produção. A situação da indústria se reflete nos índices da bolsa que marcam baixas históricas não vistas desde a crise de 1929. Para tentar salvar a pele dos capitalistas os Estados Nacionais se apressam na aplicação de medidas às custas do sofrimento da classe trabalhadora.

A burguesia precisa desenvolver incessantemente os meios de produção da vida, expandir mercados. No entanto é chegado um momento em que existem meios de produção demais, mercadorias demais, civilização demais e mais-valor/lucro de menos. São as chamadas crises de superprodução que ocorrem cíclica e periodicamente. Para sair da crise ou aumentar o período entre as crises, a principal medida necessária é destruição dos meios de produção (máquinas, fábricas, trabalhadores, natureza) e de mercadorias como bens produção e bens de consumo, chegando até à atrocidade das guerras. No dia-a-dia identificamos uma elevação dos preços, demissões, arrocho salarial, férias coletivas, aumento da jornada, flexibilização dos direitos trabalhistas: à burguesia retomada dos lucros e aumento da riqueza, aos trabalhadores a escassez.

A instabilidade do modo de produção capitalista é altíssima. As crises cíclicas e periódicas ocorrem a cada cinco e sete anos, aproximadamente, e tem duração de cerca de três anos. Os países de centro do capitalismo (países imperialistas, de economias centrais) retardam o período entre as crises (retomada da taxa de lucro até próxima queda), transferindo os primeiros sinais da crise aos países periféricos.

Na produção internacional da riqueza, cabe ao Brasil irrisórios 2%, enquanto apenas as economias reguladora, Estados Unidos, Alemanha e Japão, produzem 60% do valor da riqueza mundial. A baixíssima vantagem competitiva/produktividade dos capitalistas destas nações é baseada na intensificação da produção: diminuição do preço da nossa força de trabalho, no aumento da jornadas, nas precárias condições de trabalho legalizadas através do ataque mortal aos direitos dos trabalhadores.

Ainda que as economias reguladoras mundiais consigam retardar a chegada das crises, contê-las por completo é impossível. A concentração de riqueza nas mãos da burguesia aumenta cada vez mais: apenas 0,7% da população detém 41% da riqueza mundial. E, ao que tudo indica, estamos próximos de vivenciar duros momentos para a classe trabalhadora a nível mundial.

A política de conciliação de classes no Brasil e suas consequências à classe trabalhadora

Nos últimos anos, coube ao Partidos dos Trabalhadores a tarefa de consolidar o capitalismo brasileiro. Um partido que surgiu em um período de intensa luta dos trabalhadores fez do Brasil a sétima economia do mundo, consolidou o processo de industrialização no campo e no setor de serviços, bateu recordes de produção industrial e de lucros para os Bancos, consolidou a inserção do país na economia internacional através do financiamento de títulos para os EUA e da exportação de matéria prima para China. O país expressa uma formação social completa (capitalismo plenamente desenvolvido) ao ponto de cumprir com um papel subimperialista frente a outros países da América Latina com empresas como Petrobrás, Vale do Rio Doce e as empreiteiras envolvidas na *Operação Lava-Jato*. Em outras palavras, podemos dizer que a expropriação do trabalho da classe trabalhadora nunca havia gerado tanto mais-valor (lucro) à burguesia. A classe trabalhadora nunca foi tão explorada como na última década.

Esses patamares de exploração só foram possíveis por causa de uma política de conciliação de classes. Enquanto a burguesia explorava tranquilamente, foi promovida a sistemática retirada dos direitos conquistados, o sucateamento dos serviços públicos causados pela privatização dos setores vitais como saúde, educação e previdência. Aos trabalhadores

foram dadas migalhas através de programas como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Prouni e Reuni, além da política de crédito facilitado que permitiu que a classe tivesse acesso a bens de consumo antes inimagináveis. Os trabalhadores aceitaram as migalhas e se iludiram com uma possibilidade de ascensão social progressiva e duradoura.

O PT precisou ganhar a confiança da burguesia ainda antes de chegar ao governo, mostrar na prática que sabe “governar para todos”. Pouco a pouco o PT foi se aliando, no movimento sindical e nas disputas parlamentares, aos inimigos da classe trabalhadora, provando seu compromisso em fazer a burguesia lucrar e, assim mesmo, conseguindo manter o controle sobre os trabalhadora. Porém, apesar de garantir os recordes de lucros obtidos pela burguesia brasileira nos últimos anos, a chegada de mais uma crise, ainda mais forte tem feito com que o governo Dilma intensifique ainda mais os ataques a classe trabalhadora a fim de manter a governabilidade. Também o funcionalismo público tem sofrido: suspensão de concursos e salários, metas de produtividade e assédio moral aos modelos das empresas privadas.

A incapacidade de manter a classe trabalhadora apassivada tem mostrado à burguesia que o PT já não serve mais como antes e que é chegada a hora de voltarem a ter seu representante legítimo no parlamento. Lado a lado com os índices da economia são escancarados escândalos de corrupção e o antipetismo é estimulado. A parcela mais raivosa da direita volta a mostrar sua cara pautando *impeachment* e intervenção militar. Muitos trabalhadores aderem ao discurso reacionário como saída para precária condição vida diante da ausência de alternativas que representem os reais interesses da nossa classe. O PT pavimentou o caminho para o conservadorismo, deslocando as lutas dos locais e trabalho, estudo e moradia. O avanço do fascismo tem reflexos inclusive em partidos que procuram se construir em tornos de pautas como os direitos humanos e que na prática perseguem e agredem fisicamente militantes anticapitalistas. Foi o que ocorreu recentemente em Porto Alegre, quando integrantes do MES/PSOL armaram uma embosca para atacar comunistas.

A crise, o desgaste do PT e o avanço do conservadorismo, fazem com que organizações da pequena burguesia de esquerda se coloquem como alternativa para melhor administrar o Estado. São casos como o da “Frente do Povo Sem Medo” (CUT, CTB, PSOL entre outros movimentos sociais) que pautam como saída o aprofundamento da democracia e a disputada do Estado ao lado do “povo”, apesar de ter sido justamente essa estratégia que marca a derrota histórica da classe no Brasil e em outros países.

Para aqueles que se propõem a uma ruptura radical com as relações sociais de produção capitalistas, faz-se necessário superar a estratégia democrática e popular da pequena burguesia que nos educou a lutar *com* o Capital e *com* o Estado e não *contra* o capital e *contra* o Estado. Precisamos voltar a pautar a centralidade do trabalho e do operariado para a retomada de uma perspectiva revolucionária de emancipação humana e não apenas de emancipação política (por

mais direitos dentro da ordem). Para que nossa luta se dê dentro da ordem, mas contra ordem, é indispensável a organização autônoma e independente da classe trabalhadora na construção do anticapitalismo nos nossos locais de estudos, trabalho e moradia.

Por um movimento sindical que unifique e fortaleça a classe trabalhadora

A estrutura sindical do Brasil é marcada, desde a década de 30, pelo atrelamento dos sindicatos ao Estado burguês, o que interfere diretamente na autonomia da organização e luta do movimento sindical. A busca pelo Imposto Sindical, por exemplo, constituiu verdadeiras máfias no movimento sindical. Além disso, fragmenta a classe, pois são criados inúmeros sindicatos para que “cada um tenha seu pedaço da torta” (do Imposto Sindical) com uma base de trabalhadores pequena e dividida, o que, obviamente, implica na fragilização do movimento ao fazer luta contra a patronal.

Outro aspecto da subordinação do sindicalismo ao Estado burguês (balcão de negócios dos patrões) é a legalização das Centrais Sindicais (que assim a fazem, justamente por conta do imposto sindical). Para conseguirem ser registradas junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, cometem inúmeras capitulações aos patrões e governo e fazem acordões com Centrais pelegas/mafiosas.

A CUT, forjada no seio da classe trabalhadora, passou de instrumento de luta contra o Capital à mecanismo de construção de “Pacto Social”. Ainda na década de 90 (Governo Collor), em outro período de crise capitalista, a CUT (e o PT) já iniciava sua construção à colaboração de classes em nome da “retomada do crescimento econômico”, ou seja, intensificação da exploração da classe trabalhadora. Mostrando interesse em cooperar, em unir forças pelo “bem de todos”, pelo “desenvolvimento econômico” passam a apontar para necessidade de uma “nova concepção sindical, pluralista, democrático, cidadão”. Neste ano de 2015 estive à frente da construção do Plano de Proteção ao Emprego (que na verdade é proteção aos patrões), em que não só aceitou, mas construiu medidas de ataque aos trabalhadores (férias coletivas, demissões, lay-off, aumento da jornada de trabalho e diminuição salarial).

Devemos aprender com os erros do passado para seguirmos firmes o presente e futuro. Entretanto, não é o que outras organizações “de esquerda” vêm fazendo. Não conseguem fazer as críticas à totalidade do processo que nos fez chegar aos dias de hoje com o conservadorismo aumentando e a classe trabalhadora, que nunca produziu tanta riqueza, sendo atacada cotidianamente e sem reagir ou, na melhor das hipóteses, na defensiva.

Entretanto, as centrais sindicais que se dizem alternativa à CUT, como CSP-Conlutas e Intersindical Branca (Central Sindical), seguem os mesmos rumos da CUT, ao se atrelarem ao Estado burguês e priorizarem a disputa da burocracia sindical ao trabalho de base.

Defendemos a concepção de sindicato verdadeiramente autônomo à patronal. Em nosso caso, de trabalhadores do Estado, temos como patrão os governantes e isso pode ser uma grande armadilha. Podemos cair na ilusão de acreditar que nossos problemas enquanto trabalhadores serão resolvidos através das eleições. Em nossa concepção, não basta apontar nossa mira aos governos, é necessário ir além, é necessário compreender o papel do Estado na sociedade capitalista – o de ofuscar a maneira como a vida é produzida em nossos dias, ou seja, da existência e luta entre classes (burguesia x proletariado), e de se adaptar às necessidades do capitalismo.

O discurso hegemônico das organizações políticas que compõem a categoria é de que o inimigo é pura e simplesmente o indivíduo que ocupa a cadeira da Prefeitura. Este discurso reforça a crença no Estado burguês e, por conseguinte, na via eleitoral como alternativa. Quando, na verdade, o que deveriam reforçar é de que a união crescente da classe trabalhadora é a nossa principal arma. É mais cômodo às organizações que compõem o sindicato, e mesmo as que se dizem de oposição, afirmar que não temos vitórias em proporções maiores por conta do Prefeito X ou Y do que avaliar o modo como vêm conduzindo as lutas de nossa categoria. O SIMPA não pode servir como linha auxiliar de candidaturas, como fazem as atuais organizações que compõem a direção do Sindicato, as que já estiveram e também as que desejam profundamente estar.

Nossas greves tem demonstrado que não basta que os trabalhadores municipais tenham em suas mãos um sindicato democrático, é necessário que ele não seja burocratizado. Respeitamos a história dos que lutaram para tirar o sindicato das mãos da Força Sindical, entretanto, essa história não pode servir como subterfúgios para negar as críticas que os trabalhadores de base vêm fazendo à direção do SIMPA.

A crítica central, a nosso ver, não é a de que se trata de um sindicato que não mobiliza sua categoria. O SIMPA mobiliza e organiza a categoria em nossa data base, entretanto é na própria mobilização que se dá a desmobilização. A direção do SIMPA (CEDES, PCdoB, PSTU e PSOL/US) atua, com o apoio do PT e do MES/PSOL, que não estão na executiva, mas dirigem informalmente o Sindicato, como freio do movimento quando esse tende a se radicalizar.

A greve deste ano foi marcada pela pressão pacífica de massas (principal instrumento de luta do Projeto Democrático e Popular) e não a de enfrentar diretamente o patrão. Apesar de nos localizarmos no Estado e não na estrutura econômica da sociedade, existem sim trabalhadores produtivos na prefeitura. Para que a água chegue até às residências e comércios de Porto Alegre, é preciso que paguemos por isso, o que torna a água encanada uma mercadoria produzida pelos trabalhadores do DMAE.

Ao pararmos o DMAE, por exemplo, estamos parando parte da produção de riqueza do município. Este setor não deve ser secundarizado como foi na greve deste ano, pelo contrário, deve ser priorizado, já que ataca diretamente o nosso patrão, pois ataca o lucro que o município obtém.

Além disso, pudemos perceber o quão importante é para nosso patrão, o principal prédio que movimenta as negociatas dos burocratas da prefeitura – o prédio da Siqueira Campos. Foi quando trancamos as portas da SMA que eles se sentiram ameaçados. Quando perceberam a postura vacilante da direção do Sindicato (e de parte da oposição) a prefeitura passou a nos chantagear e, assim, nos colocar na defensiva, enfraquecendo a greve.

A base da categoria demonstrou, ao longo de toda a greve, que estava disposta a radicalizar e se manter firme contra as chantagens do governo. A direção do Sindicato, que está mais preocupada em manter seu aparelho do que proporcionar pela base a união crescente dos trabalhadores Parte da oposição votou na última pela continuidade, por sua vez, mostrou ao governo que estava disposta a aceitar migalhas. É lamentável que parte de quem se diz da oposição ter defendido a posição do Sindicato, de esvaziar os piquetes e marchar eternamente pela cidade, lembrando muito mais a concepção de “Sindicato Cidadão” dos que os de luta.

No pós greve, ao invés de fortalecer o trabalho de base, nos preparando para as próximas lutas, enquanto classe consciente em luta, preferem deixar que tudo seja decidido pelas “mentes iluminadas” de uma burocracia em salas fechadas. O Congresso seria uma boa oportunidade para fortalecer o trabalho de base, entretanto, preferiram manter a base alheia à organização e formulação de nossos planos de luta. Por exemplo, deram um prazo de menos de 20 dias para entrega de teses ao Congresso e colaram as eleições de delegados a este prazo. Isto

faz com que o processo de eleição de delegados seja despolitizado e também dificulta a organização da oposição. Além disso, a tese tem um limite de seis páginas para falar de conjuntura internacional, nacional e municipal, movimento sindical e plano de lutas. É claro que não deve ter o tamanho de um artigo científico, porém este limite impede análises profundas com esta quantidade de temas complexos.

É preciso que a base tenha voz e ferramentas que possam expressar a sua vontade. As reuniões do CORES são insuficientes. É necessário construir espaços permanentes de debate entre o conjunto dos trabalhadores da categoria.

Como já dissemos, o capitalismo está entrando em crise, e os governos federal do PT/PMDB e estadual do PMDB, já demonstraram que estão ao lado dos patrões e atacam nossos colegas trabalhadores do Estado. Nosso plano de carreira não é atualizado há anos, nosso vencimento base tem sido cada vez mais corroído, o assédio moral se intensifica. Em breve essa realidade se apresentará no município e para tanto precisamos, pela base e não pelas superestruturas e burocracias, estarmos firmes, fortes e organizados para enfrentarmos os ataques de nosso patrão.

CANÇÃO DO REMENDO E DO CASACO

*Sempre que a nosso casaco se rasga
Vocês vêm correndo dizer: assim não pode ser
Isso vai acabar, custe a que custar!
Cheios de fé vão aos senhores
Enquanto nós, cheios de frio, aguardamos.
E ao voltar, sempre triunfantes
Nos mostram o que por nós conquistam:
Um pequeno remendo.
Ótimo, eis o remendo
Mas onde está
O nosso casaco?*

*Sempre que nós gritamos de fome
Vocês vêm correndo dizer: Isso não vai continuar
É preciso ajudá-los, custe a que custar!
E cheios de ardor vão aos senhores
Enquanto nós, com ardor no estômago, esperamos.
E ao voltar, sempre triunfantes
Exibem a grande conquista:
Um pedacinho de pão.*

*Que bom, este é o pedaço de pão
Mas onde está
O pão?*

*Não precisamos só do remendo
Precisamos o casaco inteiro.
Não precisamos de pedaços de pão
Precisamos de pão verdadeiro.
Não precisamos só do emprego
De toda a fábrica precisamos.
E mais a carvão
E mais as minas
O povo no poder.
É disso que precisamos.
Que têm vocês
A nos dar?*

Bertolt Brecht

Coletivo Mãos à Obra – Construindo a Intersindical – Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora